

PROCESSO - A. I. Nº 206905.0001/09-2
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - MARCOS JÚNIOR BECK
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 2ª JJF nº 0243-02/10
ORIGEM - INFAZ BARREIRAS
INTERNET - 09/06/2011

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0128-11/11

EMENTA. ICMS. 1. OPERAÇÃO TRIBUTÁVEIS COMO NÃO TRIBUTÁVEIS. VENDA DE CAROÇO DE ALGODÃO PARA DESTINATÁRIOS QUE NÃO EXERCEM ATIVIDADES SUJEITAS À ISENÇÃO DO IMPOSTO. Elidida em parte a infração. 2. DIFERIMENTO. SOJA EM GRÃOS E MILHO. DESTINATÁRIO NÃO HABILITADO PARA OPERAR NO REGIME. Reconhecido em parte o cometimento da infração e comprovada inclusão indevida no levantamento fiscal de nota fiscal que foi cancelada. Reduzido o débito. 3. EXPORTAÇÃO. INDICAÇÃO DA NATUREZA DA OPERAÇÃO COMO “REMESSA COM FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO”, PORÉM SEM COMPROVAÇÃO DA EFETIVA EXPORTAÇÃO DENTRO DO PRAZO LEGAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Imputação elidida. 4. SUSPENSÃO DA INCIDÊNCIA. REMESSA PARA BENEFICIAMENTO EM ESTABELECIMENTO DE TERCEIRO. ALGODÃO EM CAPULHO. É prevista a suspensão da incidência do imposto nas remessas de mercadorias para beneficiamento em estabelecimento de terceiro. Comprovado que houve o retorno de parte do produto remetido para beneficiamento, resultando na diminuição do débito. Com base em revisões efetuadas pelo autuante os valores dos débitos relativos às infrações 1, 2 e 4 foram reduzidos, resultando na manutenção parcial dessas imputações. Infrações parcialmente comprovadas. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO. Decisão unânime.**

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto pela 2ª Junta de Julgamento Fiscal, nos termos do art. 169, I, “a”, “1”, do RPAF/99, tendo em vista a Decisão proferida mediante Acórdão JJF nº 0243-02/10, que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração em epígrafe, lavrado para cobrar ICMS no importe total de R\$256.068,23, em razão das imputações a seguir descritas:

1. Falta de recolhimento do ICMS no valor de R\$ 3.495,94, referente à operação com mercadorias tributadas, caracterizada como não tributadas, nos meses de setembro de 2004 e agosto de 2007, conforme demonstrativo e documentos de fls.11 a 20.
2. Deixar de proceder ao recolhimento do ICMS substituído por diferimento, no valor de R\$42.082,08, nos meses de junho e novembro de 2004, maio, outubro e novembro de 2005, agosto de 2006, conforme demonstrativo e documentos de fls.21 a 47.
3. Deixar de recolher ICMS, no valor de R\$45.600,00, em razão de registro de operação tributada como não tributada, nas saídas de mercadorias acobertadas por notas fiscais com fim específico de exportação (exportação indireta), sem comprovação da efetiva exportação

dentro do prazo estabelecido na legislação, condição necessária ao reconhecimento da não incidência, no mês de julho de 2006, conforme demonstrativo e documentos de fls. 48 a 92.

4. Deixar de recolher ICMS, no valor de R\$164.890,21, em razão de remessa de produto agropecuário para estabelecimento beneficiador, neste Estado, sem o devido retorno, conforme demonstrativo e documentos de fls.93 a 119.

O decisório de Primeira Instância, inicialmente, destacou que o processo foi baixado em diligência para o próprio autuante, em virtude de comprovados equívocos no procedimento fiscal, disso resultando a juntada aos autos de elementos necessários para o deslinde das questões suscitadas na defesa, ressaltando, ainda, que o sujeito passivo pode exercer o seu direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório.

No mérito, quanto ao item 01, dizendo respeito a lançamento nos livros fiscais das notas fiscais nºs 653, 654 e 2174, nos valores de R\$8.978,40; R\$6.393,60 e R\$5.938,20, referentes à venda de caroço de algodão, considerando indevidamente a operação como isenta, uma vez que os destinatários Multitrading e Agropecuária Monte Horeb Ltda., exerciam atividade econômica que não ensejavam a isenção do imposto, lançados os débitos nos valores de R\$2.521,78 (R\$1.472,91 e R\$1.048,87) e R\$ 974,16, tendo o autuado reconhecido o cometimento da infração, concordando com o débito nos valores de R\$1.472,51 e R\$ 974,16, referente às Notas Fiscais nºs 653 e 2174 e se insurgido quanto à de nº 654, sob alegação de que a mesma foi cancelada, tendo juntado cópia à fl. 142.

A JJF, ao examinar a referida nota fiscal, aduziu que, embora não havendo como saber se a cópia era da primeira via e se o cancelamento obedecia ao artigo 210 do RICMS/97, por ter a própria autuante informado a conferência da documentação e constatado que a mencionada nota fiscal foi cancelada, não era devida a exigência fiscal no valor de R\$1.048,87. Assim, subsistia parcialmente este item da autuação, já tendo o sujeito passivo recolhido o débito nos valores de R\$1.472,91 e R\$974,16, com os benefícios da Lei nº 11.808/2010, consoante extrato do SIDAT – Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária (fls. 361 a 363).

Relativamente à imputação descrita no item 02, fulcrada na falta de recolhimento do imposto em razão da realização de operação de venda de mercadorias sujeitas ao diferimento, especificamente soja em grãos e milho em grão, a contribuintes que não possuíam habilitação para receberem dita mercadoria com diferimento, totalizando o débito o importe de R\$42.082,08, em diversos meses dos anos de 2004 a 2006 (docs. de fls. 21 e 35). Foram destinatários Grato Agropecuária Ltda, que possuía autorização de diferimento somente para gado bovino (NFs. 1166; 539 a 544; 774; 776; 788; 1.102; 1.852; e 1204) e Planalto Cereais Comércio, Exportação e Importação Ltda, a qual, na data da emissão da Nota Fiscal nº 697, ou seja, 28/11/2004, já tinha a sua autorização cancelada, tornando-se inapta desde 15/09/2004. O autuado logrou êxito na comprovação de que houve o recolhimento do imposto nas operações realizadas com as notas fiscais citadas, com exceção da Nota Fiscal nº 697, que alegou ter sido cancelada, assertiva confirmada pela autuante de que realmente ocorreu o cancelamento da referida nota fiscal, a qual refez o levantamento fiscal, mantendo apenas a Nota Fiscal nº 1166, com débito no valor de R\$596,01.

Também em relação a esta infração, o autuado, utilizando-se dos benefícios da Lei nº 11.908/2010, recolheu o tributo, conforme certifica o extrato do SIDAT – Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária (fls. 361 a 363), subsistindo em parte a infração, no valor de R\$596,01.

Reportando-se à infração 03, que cuida de exigência de imposto em razão de saídas de mercadorias acobertadas por notas fiscais com fim específico de exportação (exportação indireta), sem a comprovação da efetiva exportação das mercadorias (soja em grãos) dentro do prazo estabelecido na legislação tributária, relativamente às Notas Fiscais nºs 1607 e 1606, no valor de R\$200.000,00 (cada), remetidas para Agreco do Brasil S/A, localizada no Mato Grosso, sendo lançado o imposto total de R\$45.000,00, a autuante, inicialmente, não acolheu a sustentação

do autuado de que houve a exportação através da empresa Agenco do Brasil S/A, vindo, posteriormente, concordar com a defesa no sentido de que esta infração era insubsistente, tendo em vista que o contribuinte apresentou, às fls. 300 a 308, documentos que comprovavam a exportação da mercadoria, através da citada empresa, conforme Memorando de Exportação nº 1.690/2007 (fl.195), razão pela qual a Instância de piso aduziu a inviabilidade de prosseguimento da lide, no particular.

Por último, no que tange à infração 04, concernente a acusação de que o autuado efetuou remessa de produto agropecuário (algodão em capulho) para estabelecimento beneficiador, neste Estado, sem o devido retorno, através das notas fiscais relacionadas no Anexo VI (fls.94 a 98 e 104 a 108), em descumprimento às determinações dos artigos 618 a 622 do RICMS/97, referindo-se às datas de ocorrências de 16/06/2004 e 21/10/2005, nos valores respectivos de R\$159.507,09 e R\$5.383,12, conforme demonstrativos de fls. 93 e 103.

Ocorre que o débito, no valor de R\$ 5.383,12 (fl. 103), referia-se a 416.650 quilos de algodão em capulho remetido para beneficiamento na Algodoeira Cristo Rei, considerado sem o devido retorno, porém o sujeito passivo comprovou o retorno do produto devidamente beneficiado, através da Nota Fiscal nº 0004 da Algodoeira Cristo Rei (fl. 329), inclusive tendo a autuante, após exame do documento, concordado com a exclusão do débito, portanto, no ponto, insubsistente esta parte da autuação.

No caso do débito no valor de R\$159.507,09, calculado tomando por base a remessa de 531.000 quilos de algodão em capulho para a empresa Dois Irmãos Algodoeira Ltda., através das notas fiscais relacionadas às fls. 95 a 97, o autuado alegou que a mercadoria beneficiada havia retornado sem documentação fiscal, argumentando que todo o produto beneficiado (pluma de algodão), resultante do beneficiamento de capulho no exercício produtivo de 2004, na quantidade de 434.590 quilos, foi comercializado e pago o ICMS na operação de venda, conforme retratam as notas fiscais relacionadas à fl. 135.

Além disso, justificou o contribuinte que, da quantidade remetida para beneficiamento (319.450 quilos para UBS Cotton e 531.000 para Algodoeira Dois Irmãos), houve uma perda de 51,1%, resultando na quantidade que foi comercializada através dos documentos fiscais antes citados, tendo admitido o cometimento parcial da infração, e aduzido que o cálculo deveria ter sido feito com base em pauta fiscal.

Por seu turno, a autuante rebateu os argumentos defensivos concernentes à perda do produto por motivo de beneficiamento por falta de comprovação documental do retorno do produto beneficiado, bem como as questões relativas ao momento do pagamento do imposto e a utilização da pauta fiscal, porém, em sua última informação fiscal, acabou por concordar com o entendimento do autuado no que dizia respeito ao valor da pauta fiscal, concluindo pelo débito nos valores de R\$110.022,30 e R\$22.582,80, com data de ocorrência de 30/06/2004 e 30/09/2004, respectivamente.

A JJF acolhendo a conclusão da autuante, até porque o sujeito passivo reconheceu os referidos valores, inclusive recolhendo-os, com os benefícios da Lei nº 11.908/2010, conforme extrato do SIDAT – Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária (fls. 361 a 363), decidiu pela subsistência parcial da infração, com a redução do débito para R\$132.605,10, e datas de ocorrências 30/06/2004 e 30/09/2004.

Nesse contexto, a JJF confirmou a procedência parcial do Auto de Infração, no valor total de R\$135.648,18, apresentando o seguinte demonstrativo de débito:

“DEMONSTRATIVO DO DÉBITO ITO”						
Data Ocor.	Data Vencto.	B. de Cálculo	Aliq.(%)	Multa (%)	Vr.do Débito	INF.
23/09/2004	23/09/2004	8.664,17	17	60	1.472,91	1
20/08/2007	20/08/2007	5.730,35	17	60	974,16	1

16/11/2005	16/11/2005	3.505,94	17	60	596,01	2
30/06/2004	30/06/2004	647.190,00	17	60	110.022,30	4
30/09/2005	30/09/2005	132.840,00	17	60	22.582,80	4
TOTAL					135.648,18	"

Em obediência ao art. 169, I, "a", 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/99, a JJF recorreu de ofício para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF.

VOTO

Trata-se de Recurso de Ofício em razão da desoneração, por parte da Primeira Instância de Julgamento, de valores imputados nas infrações 1, 2 e 4, bem como a Decisão pela improcedência da infração 03.

Consoante detalhadamente explicitado no Relatório, o sujeito passivo apresentou, em tempo hábil, a sua defesa, seguida da primeira informação fiscal (fls. 231/234), sucedendo-se diversas manifestações, sendo três do contribuinte e mais duas da autuante, além de uma diligência solicitada pela Junta e cumprida pela autuante (fls. 317/320), intervenções essas que, como bem destacou a JJF, proporcionaram a correção de equívocos cometidos no procedimento fiscal e trouxeram aos autos elementos necessários à comprovação de fatos e deslinde das questões suscitadas na impugnação, nesse passo, exercitado, plenamente, pelo contribuinte, os direitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Com efeito, examinada minuciosamente a proceduralidade, constata-se que as infrações em discussão se reportam a matérias eminentemente fáticas, encontrando-se o julgamento de primeira instância embasado em provas documentais incontestes, além do reconhecimento, pela autuante, nas oportunidades das informações fiscais e diligência solicitada pela JJF, de alguns fatos-suportes alinhados na defesa, cancelando os argumentos do autuado no que atine às imputações objetos do Recurso de Ofício.

Assim é que, após os ajustes e correções efetuados pela auditora, do que decorreu o refazimento dos demonstrativos de débito referentes a cada imputação, os quais foram acatados, de forma integral, pela Junta de Julgamento Fiscal, reputo incensurável a Decisão, porquanto em estrita consonância com as normas vigentes, disso resultando, no específico, a Procedência Parcial do Auto de Infração.

Ante o exposto, evitando delongas desnecessárias, comungo do entendimento esposado pela Instância de Piso, no sentido de acolher a revisão dos demonstrativos de débito realizada pela autuante (fls. 352 a 354), de tudo restando a redução do valor total do Auto de Infração para R\$135.648,18, repita-se, em consonância com as provas apresentadas pelo sujeito passivo.

Concludentemente, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício advindo da 2ª JJF, nessa linha de posicionamento ratificando a Decisão pela improcedência da infração 03 e mantidos os valores fixados para as imputações rotuladas como 01, 02 e 04, conforme o seguinte demonstrativo de débito:

DEMONSTRATIVO DO DÉBITO

Data Ocor.	Data Vencto.	B. de Cálculo	Aliq.(%)	Multa (%)	Vr.do Débito	INF.
23/09/2004	23/09/2004	8.664,17	17	60	1.472,91	1
20/08/2007	20/08/2007	5.730,35	17	60	974,16	1
16/11/2005	16/11/2005	3.505,94	17	60	596,01	2
30/06/2004	30/06/2004	647.190,00	17	60	110.022,30	4
30/09/2005	30/09/2005	132.840,00	17	60	22.582,80	4
TOTAL					135.648,18	

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206905.0001/09-2**, lavrado contra **MARCOS JÚNIOR BECK**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$135.648,18**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, alíneas “a” e “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores comprovadamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de maio de 2011.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

VALNEI SOUSA FREIRE - RELATOR

ALINE SOLANO SOUZA CASALI BAHIA – REPR. DA PGE/PROFIS